



Cadernos de História da Educação, v.24, p.1-6, e2026-09, 2026
ISSN: 1982-7806 (on-line)

<https://doi.org/10.14393/che-v24-e2026-09>

RESENHAS

A história da educação em diferentes espaços geográficos e culturas

The history of education in diferente geographical Spaces and cultures

La historia de la educación en diferentes espacios geográficos y culturas

Marcos Ayres Barboza

Instituto Federal do Paraná (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-1682-734X>

<http://lattes.cnpq.br/9003783996280181>

marcos.ayres@ifpr.edu.br

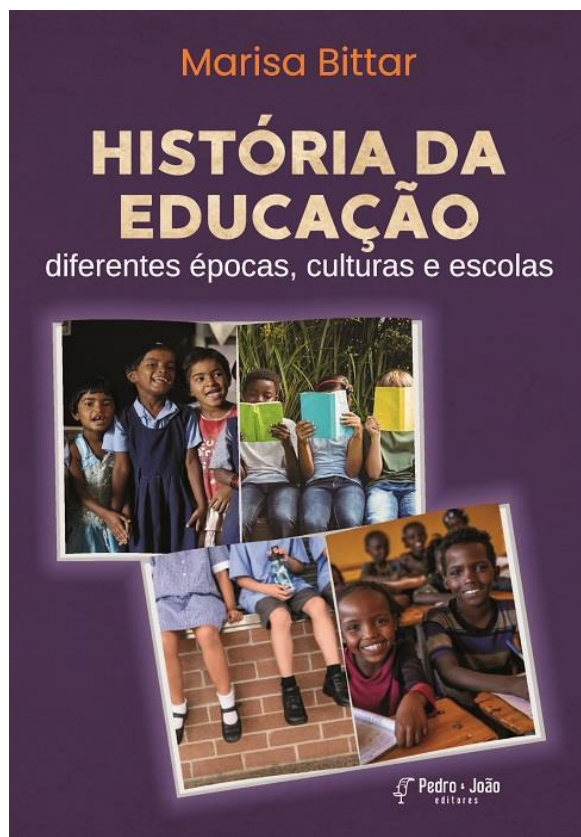
César de Alencar Arnaut de Toledo

Universidade Estadual de Maringá (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

<http://lattes.cnpq.br/2085468611285004>

caatoledo@uem.br



BITTAR, Marisa. *História da Educação: diferentes épocas, culturas e escolas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historia-da-educacao-diferentes-epocas-culturas-e-escolas/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Recebido: 05/09/2025

Aprovado: 10/12/2025

O tema do livro é a educação, fala sobre a escola, a partir da experiência da autora, como professora e pesquisadora. O estudo da história da educação é relacionado com a história, desde os tempos remotos da humanidade, com os diferentes espaços geográficos e vivências culturais. Essa visão amplia, significativamente, o ensino, o estudo e a pesquisa no campo da História da Educação ao destacar os valores ocidentais como fonte de estudo. Com esse posicionamento, questiona as tendências dominantes na pesquisa em educação atualmente, focadas no presentismo e na hiper-especialização.

O contato da autora com diferentes culturas em momentos distintos de sua carreira possibilitou a inclusão do confucionismo, do hinduísmo e do islamismo no ensino de história da educação na UFSCar, a partir de uma visão comparada, aprendida com o professor Robert Cowen, do Instituto de Educação da Universidade de Londres. Na concepção comparada, a história da educação é pensada pelo estudo da experiência dos diferentes povos, nações e culturas. A discussão sobre a história da educação nessa abordagem é centrada no falar do outro, do diferente e de nós mesmos respeitando a diversidade própria da humanidade.

A sua atenção para o estudo das diferentes culturas também se fundamenta nos estudos do pesquisador italiano Mario Alighiero Manacorda (1914-2013), sobretudo de sua obra: **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. O livro de Bittar está organizado em 12 capítulos, nos quais, faz uma apresentação contextualizada do surgimento da escola e da história da educação. Para tanto, inicia falando sobre o confucionismo e da importância de suas ideias para a formação humana.

No capítulo 1, **O Confucionismo: uma escola para o auto-aperfeiçoamento,** apresenta o confucionismo como uma doutrina de vida e de forte influência pedagógica na região do leste asiático. Essa influência ocorreu pelo conjunto de regras morais que orientavam a vida das pessoas, baseado no pensamento de Confúcio (551-479 a.C.).

A educação como a entendemos hoje teve seus primeiros registros no Egito, em sua tarefa de formar escribas. Escrever, para o registro de guerras, por exemplo, era um saber importante, quem o possuía escapava da escravidão e do trabalho braçal. No capítulo 2, **“Casa das Placas”: uma escola para formar escribas**, a autora discute a escola nas sociedades escravistas da Antiguidade, fazendo uma referência à obra de Franco Cambi, **História da Pedagogia**, segundo a qual, devemos ter uma visão ampliada do mundo antigo. A arte da escrita era praticada por poucos privilegiados, quase sempre oriundos das classes ricas.

Estudos feitos por Manacorda, afirma a autora, indicaram que na cultura egípcia estão os registros mais antigos de aspectos da civilização e da educação. Esses estudos indicaram que o “falar bem” se identificava como a arte do governo, necessário para intervir nos conselhos restritos de poder e discursar para aplacar as multidões. A escrita era instrumento de registro de atos oficiais. No Médio Império (2133 a 1786 a.C.) o escriba se destacava; inclusive, no Egito, nessa época, havia escolas para formar escriba. Na Idade Média, a arte da escrita ainda tinha um papel de destaque com, por exemplo, as corporações dos mestres calígrafos.

Os aspectos da civilização e da cultura egípcia foram incorporados na filosofia grega. No capítulo 3: **“A filosofia grega: uma escola para a polis”**, de acordo com a autora, os gregos se destacaram no campo da educação, já que foram os primeiros a proporem uma escola de Estado por meio da filosofia de Aristóteles (384-322 a.C.). A educação se destacou entre os gregos, visto que foram eles os primeiros no desenvolvimento da ideia de *polis*, cidade e o poder público como responsável pela educação. Entre os gregos também se configurou a importância do historiador, responsável pelo registro do conhecimento que era transmitido pela tradição oral.

A incorporação da Grécia aos domínios romanos, em 146 a.C., contribuiu para que a cultura e o modelo de escola gregos também fossem incorporados à cultura romana. As concepções filosóficas gregas e o seu modelo de escola se popularizaram entre os romanos e se tornaram comuns entre os povos conquistados; e referência para o mundo ocidental, sobretudo, entre os cristãos.

A discussão sobre os cristãos é tratada no capítulo 4: **O monoteísmo: uma escola para a fé**, nela, Bittar esclarece que o cristianismo, nascido da cultura do judaísmo, se expandiu nos territórios do Império Romano, instituindo uma nova cultura entre os povos conquistados e provocou uma verdadeira revolução educativa.

A Igreja Católica, em seu projeto missionário, ensinava as regras latinas e a gramática. Do século V ao XVI existiram centros de formação em mosteiros e em catedrais. As escolas paroquiais atendiam crianças humildes e escravos. Nos mosteiros, recebia-se uma educação formal, necessária à formação dos futuros padres. No período feudal, duas instituições prosperaram: as corporações de ofício e as universidades. Na Europa, várias universidades foram criadas como, por exemplo: a Universidade de Bolonha, em 1088; e a Universidade de Paris, em 1170. De modo geral, podemos afirmar que a expansão do cristianismo esteve ligado à ideia de expansão da educação e da escola. “O monoteísmo instituiu a noção de fé como virtude que deve ser formada não apenas pela igreja, mas também pela educação escolar” (Bittar, 2025, p. 46).

Nos anos seguintes, surgiram as corporações de ofícios e as universidades. A expansão dos colégios ocorreu com o refluxo da expansão das Universidades, na Europa. No capítulo 5, **Os colégios: abrigos da infância?** Bittar afirma que os colégios nasceram de dentro das universidades como, por exemplo, os colégios parisienses. Eles ofereciam uma formação geral e preparavam os estudantes para o ingresso nas faculdades. Os colégios se expandiram por volta do século XV, impulsionados pela influência da religião sobre a educação, no propósito cristão de proteger as crianças e jovens. Nesse contexto, duas matrizes pedagógicas influenciaram a educação do período e, inclusive, a educação na modernidade. Uma delas foi a educação da concepção reformada, originária dos movimentos que romperam com a Igreja Católica; e, de outro, a pedagogia resultante do movimento católico após o Concílio de Trento (1545-1563).

As chamadas ‘Revoluções Burguesas’, processo de passagem do poder político da nobreza feudal para a burguesia, construíram novas perspectivas sobre a educação e a escola. No capítulo 6, **A escola burguesa: um direito para todos?**, Bittar questiona que a universalização da escola não ocorreu sem conflitos. Segundo ela, o século XVII impulsionou a laicização, ou seja, uma escola desvinculada da Igreja. Esse processo foi acelerado no século XVIII com a Revolução Francesa (1789). A universalização avançou significativamente no século XIX.

A pedagogia do pensamento iluminista não influenciou toda a educação contemporânea. As ideias iluministas chegaram ao Brasil colonial, especialmente a partir dos movimentos de independência e dos movimentos abolicionistas, porém, a pedagogia iluminista não teve muito impacto na educação brasileira, já que ainda não havia um sistema de educação constituído. A escola burguesa, segundo Bittar, modificou as formas de convivência entre os indivíduos que passaram a viver sob a disciplina do relógio; e, nesse contexto, “[...] a escola também contribuiu para instituir novos hábitos e costumes” (Bittar, 2025, p. 72) para atender as necessidades do Estado capitalista: “Ele imporá a institucionalização da sociedade, o controle social, a classificação dos indivíduos e dos comportamentos” (Bittar, 2025, p. 75).

As contrariedades da escola burguesa são questionadas na visão da escola socialista. No capítulo 7, **A escola do socialismo: a utopia da igualdade**, Bittar discute as contradições sociais entre a burguesia e o proletariado ao analisar o sistema fabril. Um dos grandes nomes

dessa discussão foi Robert Owen (1717-1858), representante do socialismo utópico, que defendia um sistema de instrução e de organização do trabalho capazes de restituir a dignidade humana e cultural aos operários; porém, segundo Manacorda, ele tinha uma ilusão pedagógica, a qual bastava somente um sistema de ensino para modificar as contradições da sociedade.

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), ao elaborarem as teses do chamado “materialismo científico” expuseram as contradições existentes entre o capital e o trabalho. Em relação a essas oposições, Edward Palmer Thompson (1924-1993) concluiu que, apesar dos prejuízos relacionados ao analfabetismo, não excluía os trabalhadores do discurso político.

Segundo Bittar, literários do século XIX como, por exemplo: Máximo Gorki (1868-1936) e Émile Zola (1840-1902), em suas obras literárias, demonstraram as condições reais de existência da sociedade da época. Para Bittar, o marxismo se inspirou no princípio grego de educação completa, omnilateral, mas, pensou-o de maneira diferente, não para poucos, os eleitos da sociedade, mas sim, numa formação completa para todos. Em relação a essa visão, Antonio Gramsci (1891-1937), propôs um novo humanismo, um que não perpetuasse a divisão social, mas que fosse capaz de promover a igualdade.

Os questionamentos em relação à pedagogia tradicional são abordados na discussão sobre a Escola Nova. No capítulo 8, **A Escola Nova: uma proposta para a democracia**, a autora discute a renovação da escola por meio de seus métodos e conteúdos. A discussão surgiu no século XX. Dentre os teóricos, Bittar destacou: Adolphe Ferriere (1879-1960); Maria Montessori (1870-1952); Jean-Ovide Decroly (1896-1932); Célestin Freinet (1896-1966). Ela enfatiza o pensamento intelectual de John Dewey (1859-1952), considerado um dos maiores teóricos do século XX, por influenciar a história da educação e a renovação da pedagogia tradicional.

A pedagogia da Escola Nova, segundo Dewey, buscou atender aos problemas da sociedade industrial. Para ele, defendeu Bittar, o progresso social e econômico também passava pela transformação da escola e pela defesa da democracia. Coube à educação, na abordagem da Escola Nova, “[...] o papel de transformar politicamente a face da sociedade, de forma a torná-la cada vez menos repressiva e autoritária, e de desenvolver os movimentos de participação e de colaboração” (Bittar, 2025, p. 86).

As marcas do tradicionalismo pedagógico são discutidas no Brasil Colônia. No capítulo 9, **A escola do colonialismo: educar corpos e salvar almas** Bittar, para estudo, dividiu o colonialismo em dois momentos: o mercantilista, ocorrido entre o século XV e XVI, que patrocinou o processo de colonização por Portugal, Espanha, Inglaterra e França; e, o segundo, conhecido por neo-colonialismo, que estendeu o poder de grandes potências europeias sobre a África e parte da Ásia, ocorrido no final do século XIX.

Para exemplificar o colonialismo com características mercantis, Bittar cita o caso brasileiro. Para isso, se fundamentou num acervo de artigos e livros criados por ela e por Amarildo Ferreira Júnior, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O acervo reúne obras primárias e secundárias relacionadas aos 210 anos dos jesuítas na colônia portuguesa (1549-1759). As construções em que se ensinavam as primeiras letras eram chamadas de “casas”. A dificuldade inicial se resumia ao instrumental linguístico, necessário para a propagação dos valores cristãos. Essa dificuldade foi superada com a elaboração da gramática de língua tupi. Bittar afirma que as “casas” foram as precursoras dos colégios jesuítas. Entre

os jesuítas, o padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, iniciou o trabalho de evangelização e de formação elementar. O método pedagógico desses religiosos se fundamentou no método parisiense, por meio de um rígido conjunto de normas estabelecidas pelo *Ratio Studiorum*.

A segunda colonização, predominante no século XIX foi organizada em dois tipos clássicos: “o inglês, mais pragmático, descentralizado e liberal; o francês e o português, mais burocráticos, centralizados e assimiladores” (p. 95). No campo da educação, a colonização inglesa apoiou seus currículos com base nos contextos africanos. O francês e o português assumiram uma feição mais elitista. De modo geral, o neo-colonialismo objetivou educar corpos, salvar almas e criar hábitos para o trabalho. Nos regimes pós-coloniais, a adoção de políticas educacionais pouco contribuiu para atender as necessidades da população local.

A escola soviética tentou atingir esses objetivos, vejamos. No capítulo 10, **A escola da Revolução Russa: o socialismo possível**, a autora discute a escola com fundamento em princípios marxistas. A escola soviética foi organizada no reinado de Pedro, o Grande (1689-1725), reinado de 1682 a 1725, pensada para introduzir a cultura ocidental no país. No reinado de Catarina II (1729-1796), de 1762 a 1796, dando prosseguimento à tarefa, convidou o filósofo Denis Diderot (1713-1784) para organizar a educação pública na Rússia. Com a Revolução de 1917, os bolcheviques, revolucionários marxistas sob a liderança de Lênin (1870-1924), organizaram uma política educacional para toda a população adulta.

No governo do Partido Comunista, a escola foi, talvez, a força de sustentação da Revolução; não sendo somente um direito mas, também, uma obrigação, visava atender às necessidades da formação de mão-de-obra. Bittar, ao analisar a educação na Rússia, constatou que o princípio fundamental da pedagogia marxista, a formação omnilateral, não foi plenamente alcançada mas, para os russos, o que ficou de bom da Revolução Russa foi a educação.

A universalização da escola, em vários países, ocorreu sob oposições violentas. E, para Pierre Bourdieu (1930-2002), afirma Bittar, a escola se tornou um instrumento eficaz no processo de conservação social. A seguir, a autora, discute essas inquietações. No capítulo 11, **O breve século XX: a escola contestada**, a autora afirma que no século XX, o processo de construção de um sistema democrático de ensino não ocorreu para todos. Para exemplificar, cita Paulo Freire, quando ele elaborou a sua pedagogia, na segunda metade do século XX, a maioria das crianças no Brasil ainda se encontravam fora da escola.

Nesse século, concluiu ela, a escola assumiu características mais controladoras mas, em seu entender, a educação contribuiu para o desenvolvimento de mudanças sociais e políticas. A instituição escolar se tornou importante para o avanço dos regimes democráticos. Apesar do olhar progressista da Escola Nova e da Psicologia Infantil que trouxeram avanços significativos, a escola, ainda assim, assumiu características disciplinadoras, em geral, autoritárias e conformistas.

Em 1968, na França, os movimentos estudantis lutaram em defesa da educação para todos e contra a desigualdade na relação educativa. No caso brasileiro, segundo Bittar, os movimentos estudantis, diferentemente do francês, nascido num regime democrático, foram fortalecidos pela defesa da democracia, na luta contra a ditadura militar (1964-1985). Ela acredita que mesmo com as insuficiências e características conformadoras assumidas pela escola, esta contribuiu para o fortalecimento do processo democrático.

O papel social da escola diante da revolução tecnológica impulsionou diversas inquietações e desafios sobre a existência da escola e o seu papel, dado o manancial de informações disponíveis *online*. No capítulo 12, **Uma escola para o século XXI**, Bittar esclarece que, entre os séculos XVIII e XIX, muitos países edificaram os seus sistemas de ensino, e a educação vista como um direito provido pelo Estado. Contudo, os países que foram colonizados passaram por graves situações que não permitiram a universalização da educação

básica. A autora cita o caso brasileiro: a educação indígena. Não há, ainda, políticas específicas de universalização da educação; além disso, a revolução técnica e científica tem tirado a escola de sua função de transmitir conhecimentos. A conectividade não substituiu a convivência entre pessoas, a revolução tecnológica pôs a informação ao alcance; porém, a escola é um espaço de aprendizagem e produção de conhecimento.

A obra de Bittar permite aos leitores uma experiência rica. A sua caminhada pela história da educação possibilita o contato com diferentes experiências de compartilhamento de conhecimentos, valores morais e culturas e destaca as várias maneiras de educar-se. O nascimento da escola, afirma, impulsionou a educação das artes liberais e, igualmente, o ensino das profissões manuais. Na história da escola, esclarece, diversas foram as maneiras de se moldar a educação. Segundo ela, cabe destacar o papel das religiões no processo de expansão das escolas e da educação, na medida em que delas se utilizaram na propagação da fé. Em seu entendimento, a escola assumiu uma pedagogia específica para a infância por meio dos reformadores humanistas e o papel da escola sobre a formação da infância é observado com maior cuidado na escola soviética. A obra de Bittar traz inquietações e preocupações, demonstra que as propostas e políticas educacionais marcam a história da educação, evidenciando de que não há um modelo perfeito de escola. Além disso, a autora enfatizou que, na sociedade conectada em redes, não se deve abrir mão dos arcabouços teóricos que analisam a sociedade, a educação e a escola.